

ATA DA 005ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Romildo Titon - Sandro Silva - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital, um assunto que tem deixado a nossa região, Joinville, perplexa é novamente a questão da BR-280, que, mais uma vez, teve o seu edital levado para o seu início porque questões judiciais estavam travando o seu andamento.

E justamente uma empresa que reclama, porque venceu a licitação e não conseguiu executar a obra, também entra com ação judicial em outra licitação do estado e acaba reclamando porque não está sendo beneficiada na duplicação da BR-280.

Então, realmente essas questões judiciais fazem com que essa duplicação não aconteça, algo

tão importante para o porto de São Francisco, para as praias, para as cidades, para os trabalhadores que a utilizam, principalmente no trecho entre o porto e a BR-101, por isso a população imagina que a novela continua sem fim.

Novamente voltou ao princípio, será lançado o edital de licitação. Novamente alguma empresa vai ganhar, e vamos torcer para que nenhuma empresa entre com processo de impugnação da licitação, porque é o que vem acontecendo e foi o que fez com o processo voltasse ao princípio. E com isso todos nós que moramos na região, os turistas, os caminhoneiros, as pessoas que dependem daquela rodovia, continuarão a passar trabalho, porque ela continuará do jeito como está.

Outra questão que trago e que causará um transtorno em Joinville refere-se aos dois protestos, marcados para amanhã, na área da Saúde. O Hospital Municipal São José, em função do calor, da falta de água, de outras coisas e de gestão, também vem dando sinais desde meados do ano passado de que aconteceria essa paralisação. Os servidores vêm reclamando, e no início deste ano reclamam da falta de condições de trabalho. Embora tenha sido inaugurado o complexo Ulysses Guimarães, as pessoas continuam ficando nos corredores, passando calor, há superlotação, e os funcionários não conseguem atender de forma adequada a quem chega lá. E hoje, deputado Kennedy Nunes, começa uma operação em que atenderão no pronto socorro apenas seis pessoas por dia, como forma de protesto, de chamar atenção do poder público municipal para a situação do referido hospital.

Essa paralisação causará um grande transtorno na cidade de Joinville, porque também o hospital Regional Hans Dieter Schmidt fará o mesmo. Sem contar que em vários bairros de Joinville estão passando trabalho em função da falta d'água. Existem bairros que têm muitos morros, as pessoas não conseguem água, porque ela chega só na madrugada e não conseguem encher suas caixas de água. Uma moradora me relatou que está enchendo a piscina da sua casa porque a água não sobe, não

tem força para subir na caixa, enche a piscina para poder lavar roupa e a louça da casa. E quando se pede caminhão pipa para encher as caixas, esse caminhão pipa não chega. Então realmente a situação é muito complicada em Joinville na questão de fornecimento de água.

A Águas de Joinville tem um contrato com o município de Araquari e não está conseguindo entregar a água. O bairro Itinga pertence a Araquari, e seus moradores também estão passando muita dificuldade em função dessa falta de água, com rompimento de adutoras, com vários problemas técnicos que a empresa Águas de Joinville vem passando.

Quero dizer também que ontem estive no município de Mafra, a convite do reitor Eronaldo e do pró-reitor Maicon Nunes, para eu participar da abertura do Núcleo de Extencionista Rondon, que vai fazer uma série de ações sociais, culturais, nesta região e em algumas cidades do Paraná.

Serão dez cidades, com 200 alunos que voluntariamente se inscreveram no projeto para fazer as instalações. Em alguns momentos eles recuperam praças, vão até as creches interagir com as crianças, fazem projetos para as prefeituras, como foi o caso de uma prefeitura que os alunos fizeram um projeto de muro de arrimo de contenção para a prefeitura e que depois a prefeitura acabou executando. São estudantes de várias áreas, de várias faculdades, não só da Udesc, mas também de universidades do Paraná. O próprio IFSC, também, acaba participando dessa ação para que leve para o interior do estado também os benefícios que temos no litoral.

Então, realmente é uma ação importante da Udesc. É algo muito bom para a região do planalto norte, para a região de Mafra e mais nove cidades. E no mês de agosto já está programada outra ação para o oeste do estado.

Parabéns à Udesc, parabéns aos reitores e ao Alfredo Balduino que é professor responsável pelo projeto Rondon da Udesc.

Mais uma vez quero frisar que estamos muito tristes com a questão da volta da estaca zero na questão da licitação da BR-280.

Estamos preocupados com a questão da falta de água em Joinville, algo que não precisaria estar acontecendo, se a companhia que fornece água estivesse dando uma atenção melhor para esta questão. E temos também a questão da Saúde que a partir de amanhã vai nos preocupar muito com a paralisação dos funcionários do Hospital São José e do Hospital Hans Dieter Schmidt.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Kennedy Nunes) - Um funcionário do Hospital São José que falou algo muito especial que ficou marcado para mim, deputado. Ele disse que amanhã eles vão fazer o que os Enfermeiros do Hospital Dona Helena fazem. E como o prefeito Udo Döhler disse que o Hospital São José iria ficar igual ao Hospital Dona Helena, então eles vão começar a trabalhar igual aos profissionais do Dona Helena.

Esta Presidência registra a presença do vereador do município de Iporã do Oeste, Mario Ribeiro de Freitas.

Seja bem-vindo, vereador, a esta Casa.

Com a palavra o deputado Jorge Teixeira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE TEIXEIRA - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, ocupo hoje a tribuna para registrar com pesar que perdemos no último domingo um dos grandes homens da saúde pública no Brasil, o dr. João José Cândido da Silva, secretário de Assistência Social do governo Raimundo Colombo.

João José Cândido da Silva, para quem não o conheceu e não ouviu falar dos seus feitos, foi um cidadão médico, que quando da implantação do Hospital Universitário foi uma das pessoas que comandou a implantação e o funcionamento desse hospital da Universidade Federal de Santa Catarina.

Com a ascensão do presidente João Batista Figueiredo a presidente da República, foi para o

ministério da Previdência e Assistência Social. E Jair Soares, sabendo dos feitos desse catarinense João José Cândido da Silva, o levou para auxiliar no INAMPS, na implantação e estudo de um novo sistema de assistência médica para o Brasil.

João José Cândido da Silva levou alguns auxiliares, teve como companheiro Alcenir Guerra, também no INAMPS, e o Temporão. E no novo programa de assistência médica no Brasil teve a ajuda do Nelsão, de Campinas, enfim, todos os estudiosos progressistas na área da assistência médica.

Durante oito anos estudou o novo sistema de assistência médica e de contas médicas dos hospitais no Brasil, que até hoje estão funcionando. O novo modelo de assistência médica paga os procedimentos e não paga os profissionais, então, houve um avanço no modelo de gestão do sistema de assistência médica do antigo INAMPS.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JORGE TEIXEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Jorge Teixeira, quero parabenizá-lo pela intervenção. Inclusive, ontem, à tarde, tivemos a oportunidade de nos manifestar nesta Casa sobre a partida do dr. João José Cândido.

Eu gostaria apenas de destacar que além de ter sido um dos articuladores do SUS no país, além de ter dado enorme contribuição para a área da Educação, chegando a ser ministro interino da Educação, como o foi da Saúde, secretário da Saúde de vários municípios em Santa Catarina, como na cidade de Lages e na nossa capital, e, por último, nosso secretário de Assistência Social, preciso de uma forma extremamente grata relembrar e fazer esta homenagem póstuma a João José Cândido, pela participação brilhante que teve no Programa Reviver. Foi graças a ele que conseguimos articular diferentes audiências públicas no estado de Santa Catarina, com a ajuda da sua equipe. Com as suas ideias sempre brilhantes, sempre pontuais, a sua vasta experiência de mais de 40 anos como médico em nosso estado, contribuiu muito para o Programa Reviver.

Portanto, em nome da comissão de Prevenção e Combate às Drogas desta Casa quero registrar e ratificar a nossa gratidão ao trabalho do dr. João José Cândido, especialmente por participar da realidade que se tornou hoje o programa Reviver.

O SR. DEPUTADO JORGE TEIXEIRA - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Na realidade vou falar sobre este assunto, porque é um dos grandes programas de governo do estado, de atendimento ao cidadão e foi a última digital do governo Raimundo Colombo deixada pelo dr. João José Cândido da Silva que muito foi ajudado por v.exa., deputado Ismael dos Santos.

O dr. João José Cândido da Silva, após fazer e elaborar o nosso sistema de contas médicas do Inamps, começou a elaborar um projeto de assistência médica integrada em todo Brasil, que é o Sistema Único de Saúde, o SUS. Ele, na época, ajudou muito na reforma do Hospital Florianópolis. Enquanto servidor do antigo Inamps fez muito pela implantação do Hospital São José. Quando foi secretário-geral do ministério da Saúde, intermediou junto ao Alcenir Guerra e enviou para o Fundo Estadual de Saúde, quando o Kleinübing era governador, para implantação e equipamento de todo Hospital Regional Alto Vale, em Rio do Sul, que hoje é um hospital de referência, atendendo a mais de 300 mil habitantes, nas especialidades de neurocirurgia, cirurgia cardíaca, com residência médica em cirurgia-geral, enfim, temos todas as especialidades médicas no nosso Hospital Regional Alto Vale. E lá também tem o dedo, a digital desse que foi na área da saúde no Brasil um expoente.

Quero enaltecer toda a sua brilhante carreira na saúde pública e ao mesmo tempo levar os sentimentos desta Casa a toda família, amigos e discípulos que com tristeza tiveram que velar esse homem que prematuramente nos deixou.

Sr. presidente, era isso que tinha para falar na tribuna desta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Deputado Jorge Teixeira, acho que esta Casa e este

governo podem se debruçar e ver uma grande obra no setor da Saúde que possa levar o nome João Cândido da Silva, porque ele merece uma obra com o seu nome. Escreveu através da sua história os benefícios que fez à população.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Silvio Dreveck, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O Sr. deputado Dado Cherem - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, indo ao encontro da sua manifestação, estou comunicando a esta Casa que ontem protocolei um projeto de lei denominando Dr. João Cândido da Silva o nosso Hospital Florianópolis. É a homenagem que faço a ele. E deixo livre para todos os deputados que queiram subscrever o projeto de lei que fiquem à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito bem lembrado, nobre deputado. Eu gostaria de fazer essa sociedade com v.exa., assim como estão se manifestando por gestos os deputados José Nei Ascari e Ismael dos Santos. Aliás, acho que este será um daqueles projetos que será aprovado com a digital do Parlamento catarinense.

Deputado Silvio Dreveck, a palavra está assegurada a v.exa.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, esta semana ouvi alguns pronunciamentos nesta Casa, alguns feitos por v.exa., e hoje ouvi a manifestação do deputado Sandro Silva. Está me parecendo que Joinville, com todo potencial que tem, está necessitando de uma colaboração. Não quero crer que seja problema de gestão, deve ser algum problema diferente. V.Exas. poderiam colaborar no diagnóstico daquela cidade, dando melhor suporte à população joinvillense, que certamente merece toda atenção do setor público.

Mas quero, sr. presidente, registrar que não muito longe do município de Joinville temos o

município de Jaraguá do Sul que se vem destacando tanto na gestão pública quanto no conjunto de suas atividades econômicas, culturais e sociais.

Cito isso porque nesta semana o nosso prefeito Dieter Jansen recebeu o prêmio de 9ª colocação no estado como município em desenvolvimento sustentável. Também foi contemplado o município de Jaraguá do Sul, e o seu prefeito, autoridade máxima que o representa, evidentemente, com a primeira colocação em cultura. Destaca-se principalmente a Femusc que todos os anos é realizada naquele município e que se tornou uma referência não só em Santa Catarina como também no Brasil.

Tivemos a oportunidade de presenciar em alguns estados fora de Santa Catarina, como São Paulo, Rio de Janeiro, entre outros, a divulgação da Femusc, uma realidade presente nos aeroportos e que está atraindo muitas pessoas, muitos turistas, para o município de Jaraguá do Sul.

Ao mesmo tempo reconhecemos que o grande líder dessa atividade cultural, em Jaraguá do Sul, é o nosso ex-colega deputado Udo Wagner que vem liderando ao longo dos anos e ampliando a cada ano, com a participação evidentemente de toda população de Jaraguá do Sul e das lideranças que o acompanham. Então, deixamos aqui o nosso registro de reconhecimento dessa grande conquista para Santa Catarina, através do município de Jaraguá do Sul.

A notícia que nós não gostaríamos de estar manifestando neste momento é com relação à rodovia BR-280, que faz a ligação com o porto de São Francisco, deputado Antônio Aguiar. Infelizmente, há um prejuízo para todos os catarinenses não só para as empresas que exportam, mas principalmente para toda população catarinense, pois é um estado que exporta produtos industrializados, produtos com valor agregado, que se utiliza do porto de São Francisco como os municípios de Jaraguá, Joinville, São Bento do Sul, Canoinhas, Porto União, entre outros.

Nós passamos por um período em que, além dos produtos manufaturados, os municípios também têm

na sua principal atividade econômica a agricultura, a pecuária, mas principalmente a agricultura; por isso a importância do nosso porto de exportação de grãos.

Portanto, o prejuízo é muito grande, porque o custo do produto brasileiro está enfrentando dificuldade para competir com outros países em função, em primeiro lugar, da nossa elevada carga tributária. Eu fiz aqui uma introdução, ontem, por conta da desoneração temporária de alguns produtos pelo governo federal, mais especificamente a presidente Dilma. Mas, ao mesmo tempo, isso é temporário não é uma reforma tributária, não é uma redução da carga tributária que nos permita avançar na competitividade.

Além da carga tributária, temos o problema de logística, que é a ausência de rodovias adequadas para que nossos produtos possam ser levados aos portos, principalmente, repito, a nossa questão catarinense, que obviamente com esse congestionamento infernal, desculpem-me a expressão, mas é isso que acontece em relação ao número de horas que se leva para chegar a uma cidade, no caso o porto. Também os veículos de passeio ou de trabalho é outro problema seriíssimo.

Então, lamentamos esse fato dessa rodovia no trecho de São Francisco do Sul até a BR-101, pois está suspensa a licitação. Portanto, mais uma vez, não se sabe quanto tempo esperar para que esse procedimento ocorra e haja novamente uma empresa vencedora. É o que constatamos, deputado Valmir Comin, que esse processo das licitações, dos investimentos por parte do serviço público, têm sido lento, além das questões ambientais que prejudicam o andamento de um projeto para dar maior celeridade.

Tenho defendido aqui inúmeras vezes, como v.exa. defende muito bem, a questão energética que é séria no Brasil. Mas na questão da malha viária e também das ferrovias, portos e aeroportos o procedimento, ou seja, o melhor modelo é o da concessão. O Brasil não vai ter outra saída, se quiser competir no mundo dos negócios através da

celeridade a esse processo de concessão, pois se iniciou tardiamente com os aeroportos e definitivamente nas ferrovias que, na verdade, está no discurso.

Então, lamentamos que essas ações sejam muito lentas e praticamente paradas.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Concedo um aparte ao deputado Valmir Comin.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Silvio Dreveck, companheiro de bancada, de luta, do Partido Progressista, parabênizo v.exa. pelo tema abordado. V.Exa. sempre quando utiliza a tribuna o faz com muita consistência, com muita propriedade, com argumentação forte e com dados concretos.

Só como referência, quando se fala na questão modal, intermodal, vemos o equívoco que foi cometido em vários governos que se passaram. Não se pode imputar responsabilidade sobre esse ou aquele, mas todos os governos passaram pelo equívoco do sistema modal, intermodal no país.

Nós tínhamos 32 mil quilômetros de ferrovias em 1960 e caímos para 22 mil. Deveríamos estar com 80, 100 mil. A média do Custo Brasil rodoviário hoje está em torno de R\$ 110,00 por tonelada de Oiapoque ao Chuí. O custo ferroviário cai para 75 e o hidrovial para 45.

Então, vemos o quanto estamos equivocados e o quanto estamos distante de poder competir com os países desenvolvidos. Por exemplo, rodovias na Califórnia que vão até Los Angeles possuem sete mãos, uma para cada lado e duas linhas de trem em cada lado dessas rodovias.

Então, realmente houve um equívoco e, infelizmente, o planejamento deste país foi engessado por consequência de um *lobby* americano lá no passado, que jogou o nosso sistema viário modal e intermodal na situação rodoviário, que acaba culminando e engessando o desenvolvimento do nosso grande e glorioso país.

Por isso, o tema que v.exa. coloca, um estado como o nosso, com 1,1% do território nacional, eminentemente exportador, está aquecendo a

economia em Santa Catarina, ao contrário do Paraná e do Rio Grande do Sul que estão com déficit no superávit.

Estamos com uma expectativa cada vez mais promissora, mas precisamos destravar essa questão modal e intermodal, dando mobilidade e acesso para que possamos escoar a nossa produção.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - O meu pronunciamento enriqueceu com os dados que v.exa. aqui colocou, porque esses dados técnicos de custo por tonelada de média, no transporte rodoviário, de 110 para 75, uma diferença muito grande. E o que vimos é que não há celeridade. No passado foram cometidos esses equívocos que permanecem e por conta disso estamos ficando para trás de outros países que estão avançando, por conta de ter um custo menor e poder competir no mundo dos negócios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes)- Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Apenas para socializar essa importante informação a todos os parlamentares e a todo o povo catarinense.

Na próxima segunda-feira, próximo ao meio-dia, na cidade de Navegantes, vai ser dada a ordem de serviço para a duplicação do primeiro lote. Os lotes três e quatro já estão em obras. Essa é uma notícia que eu estava esperando há muito tempo como presidente do Fórum para a Duplicação da BR-470. Gostaria de convidar todos os colegas parlamentares para estarem presentes na assinatura da ordem de serviço para a duplicação do lote um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, sra. deputada Ana Paula Lima, certamente essa é uma boa notícia em relação à BR-470, pleito este desejado por toda a sociedade

catarinense, até porque 40% da economia catarinense tem o seu escoamento pela BR-470, que faz a ligação do oeste com o litoral, com os nossos portos. Esperamos que haja de fato agilidade. Estamos percebendo certa impaciência do povo pelas promessas e pela morosidade. Sabemos que as questões vão além da decisão política, eis que são técnicas. Mas é preciso pressão desta Casa para que efetivamente essa obra termine, como outras que já estão bem avançadas, como a ponte de Laguna, uma obra de arte.

Sr. presidente e srs. deputados, não é da minha linha trazer aqui assuntos do ponto de vista conceitual, filosófico, pois tenho centrado os meus discursos em questões práticas, sobretudo na questão do combate da prevenção às drogas. Mas hoje me permita divagar um pouco sobre a nossa democracia brasileira. Falo isso porque nesse exato momento um cidadão brasileiro, chamado Santiago Andrade, jornalista da *TV Bandeirantes*, está sendo velado no Rio de Janeiro.

Eu sou um pouco antigo. Lembro ainda das aulas de OSPB (Organização Social e Política do Brasil), de Educação Moral e Cívica, que tinham deficiências e vícios da ditadura, mas traziam muita coisa boa no que diz respeito aos valores e princípios. Uma das aulas que memorizei e guardo com carinho era sobre o que faz um país ser legitimado como país.

Lembro que havia um tripé que sempre dava um embasamento para uma nação alcançar esse status de nação, a saber: território, povo e soberania. Não há como ter uma nação sem território, se não há povo. Espera-se também que essa nação tenha soberania, e aí falamos em duas vertentes, dois eixos, a soberania interna e a externa, que é a relação do país com outros países. Para isso existe a ONU, da qual fazem parte em torno de 200 países, que estabelece normas e decisões que devem ser respeitadas.

Mas, quero me referir hoje nesta breve intervenção sobre o que chamo de soberania interna. E, quando digo soberania interna, falo de normas éticas, normas jurídicas que sejam capazes

de estabelecer o que chamamos de uma pauta fundamental de convivência, de comportamento humano. Tomando esse triste momento da história da democracia brasileira em que um cinegrafista acaba morto no cumprimento da sua missão, gostaria de dizer da minha preocupação com as manifestações que ocorrem hoje no país.

É claro que há toda a legitimidade, o poder de expressão, a liberdade de ir e vir, mas essa legitimação da democracia não pode ocorrer com a desordem, o desrespeito a liberdade das demais pessoas. O poder das manifestações é um poder absoluto desde que de fato se respeitem essas relações.

Acho que o Congresso Nacional, e quem sabe esta Casa, possa dar sua contribuição. Precisamos, sim, normatizar algumas questões. Já em alguns países do primeiro mundo isso se faz presente, como na Suécia, na Suíça e até mesmo nos Estados Unidos. Por exemplo, quem quer se manifestar não pode se esconder atrás de uma máscara. Quem quer se manifestar tem que estar disposto a assumir todas as implicações dessa manifestação. Não podemos concordar com o vandalismo, a destruição do patrimônio, porque no fim a conta acaba no bolso de cada um de nós, brasileiros, com os impostos.

Acho que é possível com a contribuição do Congresso Nacional, das Casas Legislativas, inclusive das Câmaras de vereadores, que possamos estabelecer alguns princípios, algumas pautas, não apenas na perspectiva das normas jurídicas, mas na perspectiva das normas éticas para que tenhamos uma nação que faça jus a esse status de nação, com seu povo, território e soberania, e essa legitimada por manifestações que sejam ordeiras.

E aí não pode acontecer o que estamos presenciando hoje com as banalidades, com as atrocidades, inclusive, vemos participantes, manifestantes, com armas de fogo ou mesmo armas brancas, pedras, facas, etc. e a destruição do patrimônio ou da iniciativa privada.

Por tudo isso, nós torcemos para que de fato haja essa consciência no povo brasileiro, para que

sejamos uma nação respeitada pelas demais nações, mas que tenhamos, sobretudo, essa justiça e essas implicações éticas da democracia interna.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, eu pretendo falar sobre dois assuntos: Um deles é a respeito do planalto sobre a questão da energia do planalto, que o deputado Antônio Aguiar já mencionou.

Mas eu inicio, sr. presidente, fazendo menção ao encontro dos prefeitos na capital. Eu estive lá junto com o deputado Ismael dos Santos e constatamos a mobilização dos prefeitos estaduais, promovido pela Fecam, com a participação maciça dos prefeitos do estado, com palestras e debates de fundamental importância para gestão pública e com a participação de muitos parlamentares catarinenses, deputados federais, senadores e, sobretudo, com a participação do governador do estado.

Deputado Antônio Aguiar, o ambiente, a tônica, o clima do evento dos prefeitos não poderia ser outro, deputada Ana Paula Lima, senão a extrema preocupação com o empobrecimento dos municípios de Santa Catarina e do Brasil.

Esse foi o principal foco do encontro de dois dias dos prefeitos catarinenses no Congresso dos Prefeitos.

E com razão, sr. presidente e srs. deputados, esse é um assunto que não vamos resolver de um dia para outro. Mas, sem dúvida alguma, nós precisamos colocar na pauta. Mas não colocar na pauta como colocamos a reforma política, a reforma tributária, as quais foram colocadas na pauta para fazer de conta. Há décadas todos querem, todos defendem, mas nunca acontece.

Nós precisamos colocar na pauta definitivamente a questão do pacto federativo no Brasil, deputado Silvio Dreveck, v.exa. que gosta de tratar das questões econômicas.

Eu pesquisei alguns dados e nós podemos citar alguns que nos assustam. Por exemplo, o Brasil, em 2013, deputado Mauro de Nadal, arrecadou R\$ 1,7 trilhão. Desse montante, 65% ficaram com a união, deputado Kennedy Nunes, que preside esta sessão, neste momento, isso é um absurdo.

Essa repartição é uma irracionalidade. Não tem nada a ver com os países desenvolvidos, que estão há 50 anos na nossa frente. E mais do que isso, deputado Mauro de Nadal, Santa Catarina arrecadou em 2013 R\$ 13,5 bilhões e recebeu R\$ 5,2 bilhões. Ou seja, 38,7% nós recebemos somente.

Então, fala-se em 70% do bolo que nós arrecadamos e que fica com a união, governo federal, 22% e 23% com os estados e somente 13% para os municípios. Isso é um absurdo. Os municípios estão falidos. Daqui a pouco nós não conseguiremos mais candidatos a prefeito dos pequenos municípios, porque a vida não acontece em Brasília. A vida acontece um pouco aqui na capital, mas ela acontece definitivamente nos municípios e é para eles que nós temos que voltar os nossos olhos e destinar recursos.

Na França, deputado Silvio Dreveck, 55% da arrecadação fica com os municípios; nos Estados Unidos e nos países desenvolvidos até a segurança pública é de responsabilidade dos municípios, e quando isso acontece de o patrão estar mais próximo, a gestão mais próxima e que as pessoas podem bater na porta do prefeito, interagir com os vereadores, acompanhar a execução das obras, os recursos se multiplicam.

Então, eu não poderia deixar de falar deste tema. Por exemplo, o prefeito Udo Döhler, da maior cidade de Santa Catarina, com um orçamento de quase R\$ 2 bilhões está reclamando que não tem recursos. Agora, imaginem o prefeito de São João do Itaperiú, Faxinal dos Guedes, Anita Garibaldi, enfim, dos municípios que têm três, quatro, cinco

mil habitantes. Não tem condições de tocar o município. Não dá, não tem jeito.

Portanto, o foco do grande encontro dos prefeitos foi exatamente a preocupação e a busca da mobilização da sociedade civil, das autoridades e instituições com o objetivo de sensibilizar toda sociedade brasileira, no sentido de que possamos reverter o pacto federativo.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Darci de Matos, nosso líder na Casa, de fato temos percorrido o estado de Santa Catarina, em especial os pequenos municípios, e ontem recebi cerca de 12 prefeitos em meu gabinete. V.Exa. tem toda razão, o axioma está equivocado, a pirâmide tem que inverter.

É preciso registrar que se não fosse o programa do Fundam, este ano de 2014 para os municípios de R\$ 500 milhões que o governo está investindo a fundo perdido, nós seríamos uma verdadeira tragédia para os pequenos municípios de Santa Catarina.

Então, parabéns mais uma vez pela iniciativa do governador e a esta Casa que referendou essa ação.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Sr. presidente, o absurdo é que a arrecadação a cada ano aumenta, principalmente para o governo federal. E o Brasil sabidamente é um dos países do mundo que tem a maior carga tributária. É um absurdo o que todos nós pagamos, não são apenas os empresários, são as pessoas, os trabalhadores. Quando nós vamos à padaria, ao posto de gasolina, todos nós estamos pagando os impostos. E trabalhamos quatro meses e 15 dias para os entes públicos. É um absurdo. É uma vergonha. Isso não existe em país nenhum do mundo. A carga é abusiva, é escorchantes. E nós temos ouvido reclamações dos munícipes.

Se os recursos fossem bem aplicados pelos entes públicos, e não estou falando de partidos, entendemos que ainda a gestão pública está no acostamento e, de modo geral, é muito ruim em todo Brasil, desde o Império, mas se eles fossem devidamente aplicados, tenho certeza de que as pessoas não estariam reclamando de pagar os seus impostos, porque quando as pessoas precisam, sr. presidente, dos serviços públicos, no Brasil, seja em Santa Catarina ou em municípios, nós não damos uma resposta efetiva a essas pessoas. Esse é o grande problema.

Portanto, sr. presidente, certamente, nós esperamos que quando tivermos outras manifestações da sociedade civil organizada sem bandeira e sem líder, e talvez aí resida o problema das manifestações que passaram no Brasil sem uma grande bandeira, sem um foco determinado, que possamos colocar nessas manifestações a grande bandeira e o grande foco que deverá ser a revisão do pacto federativo.

Definitivamente grande parte dos recursos que nós pagamos tem que voltar para os municípios, porque a nossa vida, o nosso dia a dia acontece nos municípios.

Entendo que o evento da Fecam foi produtivo, foi importante, mas a pauta do pacto federativo tem que entrar definitivamente, e de verdade, na agenda do nosso país, das instituições da sociedade e sobretudo do Parlamento catarinense e do Congresso Nacional.

Quero encerrar, sr. presidente, fazendo menção ao falecimento do secretário de estado dr. João Cândido da Silva que, com certeza, era um gestor público acima da média, tinha uma bela história como pai de família, como profissional, como cidadão catarinense e no Brasil. É lamentável a perda do nosso secretário dr. João Cândido da Silva.

Deputado Kennedy Nunes, às vezes, só falamos das grandes figuras, mas não nos podemos esquecer as pessoas que fazem a nossa história, que muitas vezes marcam só a história dos municípios. Aí, dirijo-me ao Theco, presidente da Colônia de

Pescadores do município de Arroio do Silva, que durante décadas era um homem simples, pescador, que sempre deu muita atenção aos pescadores. Era um pai de família honrado, sempre ajudando os pescadores, uma classe muito sofredora no Brasil.

Portanto, lamento a perda do secretário dr. João Cândido da Silva e do Theco que presidiu a Colônia de Pescadores do município de Arroio do Silva.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, comunidade catarinense, estamos aqui para nos reportar sobre o dia 04 de fevereiro, Dia Internacional do Câncer. E como ex-paciente oncológico, sem dúvida nenhuma, faço um alerta à comunidade catarinense sobre essa doença que faz parte das pessoas, faz parte do Brasil.

Nós estamos aqui fazendo este pronunciamento, para que as autoridades fiquem cada vez mais atentas com relação aos pacientes com câncer.

Como deputado estadual apresentei a proposta que foi aprovada pelos 40 deputados, a lei que faz com que o protetor solar seja distribuído gratuitamente pela secretaria da Saúde para pacientes com câncer. E a prevenção desta forma para o câncer de pele é sem dúvida nenhuma uma proposta que vingou em nosso estado.

(Passa a ler.)

"Em alusão ao Dia Mundial do Câncer, o Instituto Nacional em parceria com o Ministério da Saúde, divulgou uma estimativa nacional da doença em 2014. Segundo os estudos, mais de 24 mil catarinenses devem ser afetados pela doença este ano.

De acordo com estimativas, os homens serão os mais atingidos no estado, com 15 mil novos casos, e quase dez mil mulheres terão a doença. Com exceção do câncer de pele não melanoma, com maior incidência em ambos os sexos, os tipos de

neoplasias mais frequentes são de próstata, traqueia/brônquio/pulmão, estômago e colon/reto nos homens, e de mama, glândula tireóide, colon/reto e traqueia/brônquio/pulmão nas mulheres.

As mulheres também estão expostas ao câncer de colo do útero, que aparece em sexto lugar na classificação de maior incidência para 2014, com 15 mil novos casos previstos no Brasil, dos quais 480 só em Santa Catarina. O câncer de colo do útero é causado pelo HPV (Papilomavírus), cuja vacina para a prevenção será disponibilizada, a partir de 10 de março, no Sistema Único de Saúde (SUS), para todas as meninas com idade entre 11 e 13 anos. "Nosso objetivo é ter um alto índice de mulheres protegidas contra o HPV em Santa Catarina, alcançando a meta de vacinar pelo menos 80% das meninas da faixa etária alvo", afirma o diretor da DIVE, Eduardo Macário.

O câncer é a segunda principal causa de morte em Santa Catarina".

Eu vou repetir, o câncer é a segunda principal causa de morte em Santa Catarina.

Por isso, estamos lutando, batalhando para que a alta complexidade em oncologia seja credenciada em São Bento do Sul, que aguarda esse credenciamento. É uma luta deste deputado, de todos os membros do governo, do governador Raimundo Colombo, do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, também do secretário da Saúde, do secretário adjunto, o Acélio Casagrande, portanto, a quimioterapia em São Bento é uma das realidades que irá acontecer nos próximos 45 dias.

(Continua lendo.)

"Em Santa Catarina, o câncer foi a segunda maior causa de morte em 2012, atrás apenas de doenças do aparelho circulatório, como derrame e infarto.

Segundo dados da Diretoria de Vigilância Epidemiológica (Dive) da Secretaria de Estado da Saúde, de 2002 até 2012, só cresceu o número de novos casos de câncer no estado. 'Os homens foram os mais afetados, com taxa de mortalidade elevada em pacientes com idade entre 60 e 79 anos',

explica a médica epidemiologista Ana Curi, que coordena estudos sobre o câncer, na Dive.

A previsão da Organização Mundial da Saúde (OMS) é de que a incidência de câncer continue aumentando nos países em desenvolvimento e cresça ainda mais em países desenvolvidos, caso medidas preventivas não sejam adotadas.

No Brasil, segundo estimativa do Inca, serão aproximadamente 576 mil novos casos em 2014, o que reforça a magnitude do problema.

Fatores de risco e prevenção.

Diversos fatores contribuem para o aumento da probabilidade de desenvolver câncer. Cerca de 80% dos casos de câncer estão relacionados às mudanças provocadas no meio ambiente pelo próprio homem, pelos hábitos e pelos estilos de vida adotados pelas pessoas. O diretor da Dive destaca que muitos desses fatores podem e devem ser minimizados. São fatores que estão associados a várias doenças, como por exemplo, o tabagismo é um fator de risco para diversos tipos de câncer como o de pulmão e também outras doenças cardiovasculares e respiratórias.

Para minimizar e esses fatores de risco é importante não fumar, ter uma alimentação saudável, praticar exercícios físicos, evitar ingestão de bebidas alcoólicas, evitar exposição prolongada ao sol."

Atenção, Santa Catarina, bebida alcoólica faz mal à saúde, faz mal às nossas famílias, faz mal para a juventude, causa acidentes de trânsito e tantas outras mazelas. Portanto, bebida alcoólica deve ser combatida. É o primeiro item, no setor drogas, que mais afeta a nossa população. Só para lembrar, 63% dos nossos jovens tomam seu primeiro gole de bebida alcoólica dentro da sua própria Casa. Então, fica aqui o nosso alerta às famílias.

(Continua lendo.)

"Além disso, a médica ginecologista e obstetra Fabiana Costa, da Maternidade Carmela Dutra, explica que a recomendação da Organização Mundial da Saúde é que as mulheres entre 25 e 64 anos façam o exame preventivo ginecológico a cada três anos, após três anos consecutivos de exames com

resultados normais. E acima de 40 anos também devem se submeter à mamografia. Os homens devem realizar o exame preventivo da próstata a partir dos 40 anos.

Desde que descobertos em estágios iniciais muitos tipos de cânceres têm tratamento e chance de cura ampliada, salientando que por isso é importante adotar as medidas de prevenção, fazer o rastreamento, porque quanto mais cedo o diagnóstico é feito mais aumenta as chances de cura, de sobrevivência e de qualidade de vida do paciente."

Com certeza é importante termos o diagnóstico precoce de todos os tipos de cânceres. Isso pode ser feito principalmente através do diagnóstico do médico, do bom encaminhamento do paciente ao médico especialista. Temos certeza de que o primeiro sintoma é o próprio paciente que observa e, por isso, procura um centro de saúde. Mas temos que estar atentos a esses detalhes. O melanoma é o câncer de pele que mais afeta as pessoas, assim como o carcinoma epidermóide e outros. E temos que ter a consciência de que no primeiro sinal de alguma alteração da nossa saúde temos que procurar um especialista para que ele possa fazer o diagnóstico e nos encaminhar.

O diagnóstico é feito através de exames complementares, e neste momento faço um apelo à secretaria da Saúde de Santa Catarina para que não reserve somente trinta centavos por habitante do estado, fazendo com que a Saúde seja beneficiada só com trinta centavos.

Secretário Gavazzoni, trinta centavos por habitante é muito pouco. Estamos com falta de exames no nosso interior e também nas cidades de maior porte. E essa liberação de exame está sendo onerosa para os prefeitos. Temos que ter uma ajuda maior e essa ajuda maior pode ser feita com o aumento da arrecadação para a Saúde. Vamos colocar 2% a mais no Orçamento, secretário Gavazzoni, para que a Saúde possa honrar com os seus compromissos e melhorar ainda mais o atendimento às pessoas.

Esses exames têm que ser feitos e, como os médicos pedem os exames, esses exames são

represados nos municípios, então é necessário um aporte financeiro maior.

Fica aqui a nossa sugestão para que, em vez de trinta centavos por habitante, se aumente essa cota. Que o governo do estado faça a sua parte, já que o governo federal não está fazendo a sua parte nesse sentido, pois foram feitas várias ações para que a Saúde seja beneficiada pelo governo federal.

Portanto, fica aqui o nosso pedido para que o governo federal coloque no Orçamento os 10% do Orçamento para a Saúde, para que possamos, cada vez mais, cuidar do que é mais importante para nós, a vida. A vida humana não tem preço, só damos valor à vida humana depois que a perdemos.

Nós temos que prevenir, ter esta prevenção presente, e esta prevenção tem que estar sim na mão do estado, das prefeituras, do governo federal, com uma atenção especial à nossa Saúde. Não adianta só fazermos diagnóstico, dizermos que está ruim e não buscarmos os recursos para melhorar a Saúde. Está aqui o nosso apelo veemente para que os governos federal e estadual coloquem mais dinheiro na Saúde, porque as prefeituras, essas, sim, já estão colocando.

Parabéns aos prefeitos pela ação que têm feito na Saúde no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes)-
Muito boas as suas palavras, deputado Antônio Aguiar, com relação à prevenção, pois é muito importante aprender a prevenir.

Esta Presidência também faz o registro de que hoje, 13 de fevereiro, deputado Neodi Saretta, é considerado pela Unesco, no mundo, o Dia do Rádio. E este deputado, sendo radialista, oriundo do rádio, quer cumprimentar os nobres colegas de rádio, tanto os que estão aqui na Casa como todos que nos fazem companhia no dia a dia, através do rádio, que é esse veículo de comunicação fantástico, que está em todos os lugares.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, sr. presidente!

Srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão nesta manhã, antes de tratar do meu tema especificamente, gostaria de me solidarizar com o deputado Antônio Aguiar, que me antecedeu, fazendo uma fala importante sobre o aumento de recursos.

Ele clama pelo aumento do Orçamento do estado. Finalmente vemos alguém se somando nesta luta que temos feito. Creio que estado tem destinado o mínimo dos mínimos para a Saúde.

É preciso, sim, aumentar o Orçamento do estado. Também acho que todas as esferas, municipais e federais, precisam colocar mais recursos. Mas dizer que o governo federal não está fazendo a sua parte talvez tenha sido um exagero de retórica do deputado Antônio Aguiar, ele que é integrante de um partido que participa do governo federal, que tem o vice-presidente, e talvez seja oportuno falar com o vice-presidente sobre isso.

Mas temos percebido aí um esforço grande do governo federal em alocar mais recursos para a Saúde. Criou o Programa Mais Médicos, tem criado novos programas, ampliado estratégia da saúde e da família, ampliado as parcerias com os municípios. Precisa-se de mais, isso realmente concordamos, mas talvez afirmar que não está fazendo a sua parte tem sido um exagero da retórica do Antônio Aguiar que é sempre muito defensor da saúde, mas no restante concordamos com as suas colocações no sentido de que é preciso, sim, mais recursos e mais investimentos.

Sr. presidente e srs. deputados, utilizo também este horário para chamar a atenção dos nobres deputados e deputadas e de toda a sociedade catarinense para um tema que norteará os debates entre os vários atores sociais neste primeiro semestre. Trata-se justamente da área da Saúde a que me refiro aqui.

(Passa a ler.)

“Em 20 de novembro de 2013, o ministério da Saúde, através da Portaria n. 2.808, convocou a 4ª

Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, tendo como tema central: Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, Direito de Todos e Todas e Dever do Estado.

Durante o primeiro semestre de 2014, através de conferências macrorregionais e estaduais, gestores, prestadores de serviço, profissionais da saúde e usuários, debaterão o tema: Implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, através de quatro eixos:

I - O Desenvolvimento socioeconômico e seus reflexos na saúde do trabalhador e da trabalhadora;

II - Fortalecer a participação dos trabalhadores e das trabalhadoras, da comunidade e do controle social nas ações de saúde do trabalhador e da trabalhadora;

III - Efetivação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, considerando os princípios da integralidade e intersectorialidade nas três esferas de governo;

IV - Financiamento da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, nos municípios, estados e união.

As conferências regionais devem ser realizadas por macrorregiões de saúde até 31 de maio de 2014.

A conferência estadual deve acontecer até junho de 2014 e a nacional se realizará de 10 a 14 de novembro de 2014, em Brasília.

Esta semana protocolamos pedido de informação direcionado à secretaria estadual de Saúde do governo do estado em que solicitamos que no informem como as conferências macrorregionais e a estadual estão sendo organizadas.

Visto que temos prazos, e de acordo com o Regimento Interno da IV Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, o Conselho Estadual de Saúde coordenará as conferências macrorregionais de saúde, devendo convocar os Conselhos Municipais de Saúde da macrorregião para compor a organização.

É de extrema importância que todos os secretários municipais de saúde e conselhos municipais de saúde estejam envolvidos nesta

organização. Que os sindicatos e federações de trabalhadores e trabalhadora mobilizem suas bases para participarem de todas as etapas das conferências. Inclusive, no caso específico da macrorregião da Grande Florianópolis, a conferência já está agendada para 14 e 15 de maio.

Faz-se urgente a necessidade de mudarmos o triste quadro de adoecidos e acidentados no trabalho em Santa Catarina, que nos últimos anos vem crescendo assustadoramente.

De acordo com a subseção do Dieese na Fetiesc, o estado lidera o *ranking* nacional de acidentes de trabalho por população. É um *ranking* triste que com certeza não nos orgulha, pelo contrário nos causa preocupação porque a cada mil trabalhador e trabalhadora, 7,64% deles foram vítimas de acidentes de trabalho.

Em Santa Catarina tem setores que preocupam mais, como o da alimentação, das agroindústrias, de abates de suínos, de animais.

No ano passado foram apresentados aqui, numa reunião da Frente de Saúde do Trabalhador, por pesquisadores, esses dados que comprovam a preocupação dos acidentes de trabalho em Santa Catarina. A Frente Parlamentar em Defesa da saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, a qual tenho a satisfação de presidir, realizou uma série de atividades em 2013. Infelizmente constatamos essas e outras realidades, a exemplo do que está acontecendo inclusive na área do serviço público com a saúde dos servidores estaduais e também municipais.

Durante o primeiro semestre de 2014 a Frente Parlamentar também estará construindo junto a essa área pública dos servidores estaduais as alterações necessárias para a efetiva implantação do Programa Estadual de Saúde Ocupacional do Servidor Público em Santa Catarina.

As conferências macrorregionais e a estadual de saúde do trabalhador e da trabalhadora será um excelente momento de diálogo entre gestores e trabalhadores para construirmos de fato uma política estadual de saúde do trabalhador onde a prevenção seja a prioridade.

Reafirmo o convite para que prefeitos e prefeitas, secretários e secretárias de Saúde participem dessa construção para o bem de toda a sociedade catarinense."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Srs. deputados, sras. deputadas, ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Neodi Saretta e do deputado Antônio Aguiar que se referiam às questões da saúde.

Certamente a saúde é a maior queixa que a população tem contra o poder público. Nos municípios o envolvimento entre a população e os dirigentes políticos tenta resolver um problema infundável que é a questão da saúde, onde muitas vezes o prefeito, no afã de tentar resolver, pede ao governador recursos para melhorar postos de saúde, mas o que ele mais quer é a ambulância para transferir os pacientes.

Em alguns municípios a ambulância é insuficiente, porque se traz naquele veículo pessoas incapacitadas de sentar, de se acomodar em qualquer outro veículo. Ela apenas vem para achar uma alternativa para um problema que na sua cidade não encontra tratamento. Em minha opinião, quando o governo federal lançou o Programa Mais Médicos fez sem entender qual era, de fato, o problema da Saúde. E qualquer um que se propõe a resolver um problema, sem entender suas variáveis, vai montar uma equação errada. Vai buscar a solução errada.

Então, o Programa Mais Médicos não vai dar certo, e não está dando certo. Está aí a prova: a grande maioria dos médicos cubanos está indo embora, os que permanecem estão descontentes. E não é por causa do salário, pois lá eles também ganham pouco, mas porque se sentem inúteis. A pior coisa para um profissional é isso. Ele está ali para trabalhar e apenas pode dizer ao paciente

para procurar tal especialista, ou seja, as coisas ficaram exatamente onde estavam.

Então, o maior problema do Programa Mais Médico foi a sua concepção, porque o entendimento do programa foi errado. O ministro da Saúde acha que as pessoas vêm do interior para a capital porque no município não há médico para dizer o que elas têm. Mas isso tem. O que acontece no interior é que o problema de saúde das pessoas não está sendo resolvido. Em nenhum lugar do Brasil, por exemplo, faz-se a biopsia de próstata para quem tem suspeita desse câncer. Em lugar nenhum o SUS faz isso, porque o SUS paga R\$ 10,00 para o ultrassonografista, R\$ 10,00 para o outro médico. Somando dá R\$ 20,00. Deve pagar mais R\$ 8,00 para a clínica, e com menos de R\$ 30,00 quer fazer o exame. Em nenhum lugar do Brasil existe alguém que se propõem a fazer esse exame.

Se olharmos as tabelas de pagamentos que são feitas para os hospitais do interior, veremos que precisa ser uma cirurgia muito grande para chegar perto R\$ 1.000,00, somando a parte de hotelaria, o centro cirúrgico, o procedimento cirúrgico em si, os medicamentos, o anestesista, toda a equipe, remédios. Há várias cirurgias cujo valor corresponde a R\$ 190,00. E fica declarado que o SUS paga tudo com R\$ 190,00. Assim, então, vemos lá vários valores aviltantes.

Na semana passada, observando o pagamento de algumas contas médicas, vi a parte que era repassada ao anestesista. Havia valores tipo R\$23,00, R\$25,00, R\$17,00, R\$11,00. E no final, somando todos os valores, dava um valor "x" que ainda era descontado em 27,5% pelo imposto de renda. Então, o Programa Mais Médicos, não está dando certo porque os médicos sentem-se inúteis.

Aqueles que estão ganhando um pouco mais, aqueles que estão ganhando R\$ 10 mil por mês, pensam que pelo menos estão aqui ganhando R\$ 10 mil. Mas o cubano que ganha menos pensa e diz que não tem o que fazer aqui. "Vou voltar para o meu país ou qualquer outro lugar, porque o problema do doente não vou resolver, pois não ganho nada." E aqueles que permanecem certamente o fazem e

permanecem pelo valor, pelos R\$ 10 mil que caem na conta, porque essa é a sua maior motivação para fazer o atendimento e não a resolução do problema dos pacientes que o procuram.

Por isso, então, que todos esses programas, qualquer investida que se faça na saúde, temos que fazê-la, mas, sim, como disseram os deputados, tem que buscar alternativas para colocar mais recursos.

A questão é gestão! E o SUS para não gastar encontra uma maneira de dizer não; para não colocar mais recurso da Saúde, ele encontra subterfúgios para dizer não ao paciente. Inventam teto, inventam uma porção de desculpas, não autorizam o hospital etc.

Então, qualquer tentativa que o poder público possa fazer terá que fazê-la, como disseram os meus companheiros que falaram anteriormente, mas tem que aportar mais recursos. O governo federal deveria colocar 10% da sua arrecadação, mas seguramente hoje não passam de 3,7% ou 3,8% o que o Brasil gasta com a Saúde. Estão aí os municípios fazendo um esforço danado, isso que eles têm arrecadação própria, mas pequena.

Os estados estão muito limitados e endividados com o próprio governo federal, decorrentes de várias negociações que eles têm que fazer com o governo federal para poder fazer algum investimento.

Por isso, então, quero me somar a essa iniciativa junto com outros deputados, de lutar para que o governo federal aporte para a Saúde 10% da sua arrecadação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado, pelas suas palavras.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Deputado, sem discutir opiniões e reconhecendo o grande

interesse do deputado Serafim Venzon pela saúde, queria colocar uma questão matemática apenas: Quatro de mais de dez mil não é maioria. Apenas três ou quatro é que saíram do programa Mais Médicos, e são mais de dez mil que estão atuando, indo quase para 20 mil, então, é uma absoluta minoria e não a maioria.

Acredito que não podemos desprezar um programa tão necessário para o país como é o Programa Mais Médicos.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, vou dar sequência ao assunto sobre o qual me manifestei anteriormente a respeito do custo Brasil, resumidamente, em outras palavras, que envolve a carga tributária, os aeroportos, os portos, as ferrovias, as rodovias, a matriz energética no Brasil, que está sendo questionada evidentemente com propriedade, porque estamos no limite da nossa energia. Ao mesmo tempo, as nossas obras vêm arrastando-se por muito tempo. Quanto às construções de hidrelétricas, entre outras alternativas energéticas, como é o caso da eólica, no nordeste, já estão implantadas todas as torres.

Mas no Brasil existem coisas que não dá para entender, porque se implantou as torres, mas esqueceram de fazer a linha de transmissão. Portanto, paga-se R\$ 15 milhões por mês para as empresas que são privadas, porque receberam essa autorização, têm contrato, construíram, e o governo esqueceu de que para colocar a energia produzida pelas torres eólicas teria que ter uma retransmissão para colocar na distribuição. Isso vai lá para Belo Monte. Aquela usina não anda, porque lá os indígenas são patrocinados pelo próprio governo para impedir o andamento das obras.

Temos outras obras de usina hidrelétrica que defendo muito, porque é energia mais limpa, mais barata, mas que infelizmente estão praticamente paralisadas e por conta disso o Brasil está nesse limite.

Mas quero voltar um pouco ao sistema viário. Primeiramente, vindo do planalto norte, mais planalto nordeste, de Major Vieira, Papanduva até Itaiópolis e deste até Doutor Pedrinho, não sei o que acontece por lá. Foi autorizado a dar prosseguimento à pavimentação de dois trechos, um que compreende Papanduva e Itaiópolis e outro deste a Doutor Pedrinho, mas ao conversar hoje com o assessor do deputado Antônio Aguiar, que é daquela região, ele me afirmou que até agora nenhuma máquina está em atividade. Não dá para entender por que infelizmente a obra não acontece. Na verdade, faz-se aquele todo trabalho de divulgação e depois estão lá as obras paralisadas. No mínimo, teria que ter uma explicação e uma justificativa.

O que mais me chama atenção quando não se pode fazer grandes obras é a manutenção. E quero crer que a manutenção da SC-418, que vai de Pirabeiraba, distrito do município de Joinville, até São Bento do Sul e depois até o trecho de Fragosos, que é conhecido como a Rodovia dos Móveis...

Agora, indo de Joinville, começando pela serra Dona Francisca, nós precisamos daqui a alguns dias levar uma foice para fazer a roçada daquela mata que está tomando conta das placas, e é uma situação delicada. Eu não sei de quem é a responsabilidade, mas acredito que seja da regional de Joinville, que não conheço a autonomia financeira, mas o fato é que não dá para aceitar isso em uma rodovia tão importante, com um movimento tão intenso, por conta não apenas de veículos pequenos, mas até por fazer ligação com o oeste catarinense, e nesse período muitos argentinos a utilizam para vir ao nosso litoral, percorrendo a BR-153 e a SC-282, depois Porto União descendo Planalto Norte a Joinville.

Além do tráfego intenso de veículos pesados por conta da produção de grãos, dos manufaturados, não dá para permitir que não se faça alguma coisa na questão da manutenção quanto à limpeza, roçada, da operação tapa buraco.

Em São Bento do Sul temos várias solicitações feitas para o acesso ao bairro Brasília, próximo a uma empresa do setor metalmecânico. Faz três meses que lá temos umas crateras, e já fizemos vários pedidos aqui, mas infelizmente não resolveram. Então, espero que a responsabilidade seja da regional de Joinville ou de quem quer que seja, mas é preciso ser resolvido esse problema.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Silvio Dreveck, faço minha as suas palavras, tendo em vista essa problemática de lá.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0315/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.0367/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 08/2013, de autoria da deputada Angela Albino.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere os Requerimentos n.s 042/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 043/2014, de autoria do deputado Valmir Comin, do PP.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, no horário regimental

Está encerrada a sessão.